

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Energética Corumbá III S.A. - ECIII, com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Considerações Gerais:
A ECIII é detentora de 40% da concessão do AHE Corumbá III, objeto do Contrato de Concessão No 126/2001 – ANEEL, nos termos da Resolução Autorizativa N° 980 de 10 de julho de 2007.
O AHE Corumbá III, localizado no rio de mesmo nome, no Município de Luziânia, teve suas obras efetivamente iniciadas em agosto de 2006, a partir da constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com finalidade de administrar a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III.

A primeira unidade geradora da UHE Corumbá III, com potência autorizada de 47,76 MW, entrou em operação comercial no 24/10/2009 e a segunda em 30/01/2010. A UHE Corumbá III encontra-se

totalmente motorizada, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional e operando conforme programação estabelecida pelo Operador Nacional do Sistema.
A energia gerada por Corumbá III foi totalmente comercializada junto à CEB Distribuição, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.
Em 2010 a geração da UHE Corumbá III totalizou 340.800 MWh equivalentes a 38,91 MW Médios, tendo sido limitada pela prolongada estiagem na região onde se localiza a bacia do Rio Corumbá.

Meio Ambiente
O Consórcio Empreendedor Corumbá III - CEC III, em atendimento às condicionantes da Licença de Operação n° 844/2009 e da Licença de Funcionamento n° 628/2009, bem como aos preceitos ambientais vigentes, vem realizando uma série de atividades e programas ambientais, como forma de minimizar os impactos decorrentes da instalação do empreendimento, tais como: Monitoramento Sismológico; Monitoramento de qualidade de Água; Monitoramento de Ictiofauna; Plano da Assistência Social; Monitoramento climatológico; Monitoramento de fauna; Programa de comunicação Social e Educação

Ambiental e Monitoramento dos focos erosivos, além do atendimento às exigências do Termo de Ajustamento de Conduta, assinado com o Ministério Público.
Em 2011 serão concluídas as aquisições de terras para ampliação da Área de Preservação Permanente ao redor do reservatório, conforme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado com o MP e órgãos ambientais.

Conclusão
A Administração da ECIII manifesta sua satisfação pelo êxito de seus esforços, no estabelecimento das condições legais, estratégicas, ambientais e financeiras que permitiram a entrada em operação da UHE Corumbá III, com potência total, sem nenhuma restrição técnica.
Neste sentido vem de público agradecer o apoio incondicional recebido dos acionistas da Empresa, a colaboração de seus servidores e contratados, bem como a parceria com a Geração CIII, subsidiária da Neoenergia, substanciada nas ações do Consórcio Empreendedor Corumbá III.
Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2010 bem como o parecer dos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 (EM REAIS)			
	Notas	31/12/2010	31/12/2009
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	2.003.783	980.212
Concessionárias e Permissonárias	6	2.548.776	1.988.545
Adiantamentos		-	6.700
Total do Circulante		4.552.559	2.975.456
NÃO CIRCULANTE			
Fundos Vinculados	7	4.227.574	4.269.094
Imobilizado	8	214.872.744	214.708.479
Intangíveis		271.148	3.704
Total do Ativo Não Circulante		219.371.466	218.981.277
Total do Ativo		223.924.025	221.956.733

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 (EM REAIS)			
	Notas	31/12/2010	31/12/2009
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	102.336	-
Folha de pagamento	10	10.440	-
Empréstimos e Financiamentos	11	7.409.335	7.454.193
Taxas e Encargos Regulamentares	12	312.944	149.706
Tributos e Contribuições Sociais	13	340.055	243.055
Obrigações Estimadas	14	40.320	12.291
Dívidas com Pessoas Ligadas	15	28.901.006	26.402.574
Dividendos a Pagar	16	1.466.528	-
Total do Circulante		38.582.964	34.268.955
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	11	83.533.305	90.621.203
Total do Não Circulante		83.533.305	90.621.203
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17	121.586.088	121.586.088
Capital a realizar	17	(24.177.917)	(24.472.284)
Reservas de lucros		4.399.585	(47.229)
Total do Patrimônio Líquido		101.807.756	97.066.575
Total do Passivo		223.924.025	221.956.733

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - (EM REAIS)			
	31/12/2010	31/12/2009	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Suprimento de energia Elétrica	27.605.020	4.468.603	
Outras receitas operacionais	-	10.287	
Total	27.605.020	4.478.890	
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
COFINS	(828.500)	(60.931)	
PIS	(179.508)	(13.202)	
Encargos do Consumidor - P&D	(262.308)	(38.915)	
Total	(1.270.316)	(113.048)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26.334.704	4.365.842	
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia			
Encargos do Uso da Rede Elétrica	(1.022.611)	-	
Custo com Operação			
Pessoal e Administradores	(25.389)	(12.423)	
Serviços de Terceiros	(2.608.169)	(1.246.245)	
Depreciação e Amortização	(3.766.758)	(667.360)	
Utilização do Bem Público	(612.860)	(150.294)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(598.965)	(124.885)	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	(40.612)	-	
Outros Custos de Operação	(409.816)	(219.740)	
Total	(8.062.570)	(2.420.947)	
LUCRO BRUTO	17.249.522	1.944.895	
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal e Administradores	(1.593.671)	(111.060)	
Serviços de Terceiros	(360.927)	(83.869)	
Depreciação e Amortização	(113.470)	(1.565)	
Tributos	(101.911)	(52.966)	
Outras Despesas	(300.311)	(74.002)	
Total	(2.470.291)	(323.462)	
RESULTADO DO SERVIÇO	14.779.232	1.621.433	
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Rendas de Aplicações Financeiras	502.968	26.275	
Encargos de Dívidas	(7.090.913)	(1.327.611)	
Outras	(1.388.129)	(230.785)	
Total	(7.976.074)	(1.532.122)	
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS	(10.826)	-	
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	6.792.332	89.311	
Imposto de Renda	(547.550)	(83.372)	
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(331.440)	(53.168)	
Total	(878.990)	(136.540)	
RESULTADO DO PERÍODO	5.913.342	(47.229)	
Resultado por lote de 1.000 ações do capital realizado	48,64	-0,39	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (EM REAIS)					
	Capital Social	Capital a Realizar	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	73.810.344	(12.370.796)	-	-	61.439.548
Subscrição de Capital 16a AGE	11.189.656	-	-	-	-
Subscrição de Capital 20a AGE	36.586.088	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	35.674.256	-	-	35.674.256
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(47.229)	(47.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	121.586.088	(24.472.284)	-	(47.229)	97.066.575
Integralização de Capital	-	842.071	-	842.071	842.071
Rateio a Acionistas	-	(547.704)	-	-	(547.704)
Lucro do Exercício	-	-	-	5.913.342	5.913.342
Constituição de Reserva Legal	-	-	293.306	(293.306)	-
Constituição de Reserva Manutenção do Capital de Giro	-	-	293.306	(293.306)	-
Constituição de Reserva para Expansão	-	-	3.812.973	(3.812.973)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(1.466.528)	(1.466.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	121.586.088	(24.177.917)	4.399.585	-	101.807.756

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (EM REAIS)			
	31/12/2010	31/12/2009	
Atividades Operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do período	6.866.267	-47.229	
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	1.448.589	805.466	
Variações Monetárias/Encargos de Longo Prazo	5.609.543	1.515.849	
Transferências de Custos e Despesas Consórcio	7.244.985	0	
Perdas (ganhos) na baixa de Não Circulantes	1.254	0	
Outras (receitas) despesas	21.170.638	2.274.086	
Redução (Aumento) nos Ativos Operacionais			
Suprimento	-560.231	-1.988.545	
Adiantamento a Funcionários	6.700	-6.700	
	-553.531	-1.995.245	
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais			
Fornecedores	102.336	354.843	
Folha de Pagamento	31.333	-	
Encargos de Dívidas	-23.539	-1.097.787	
Tributos e Contribuições Sociais	97.000	109.851	
Taxas Regulamentares	163.238	149.707	
Dividendos a Pagar	1.481.244	-	
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.333.731	0	
	4.185.343	-483.386	
Caixa Oriundo de Atividades Operacionais	24.802.450	-204.545	
Atividades de Financiamento			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos (pagos)	-14.172.751	3.966.381	
Fundos Vinculados	147.178	-4.269.094	
Recursos obtidos (pagos) de acionistas	-1.186.876	35.674.256	
Recursos obtidos de longo prazo	0	-	
Utilização de Caixa nas atividades de financiamento	-15.212.449	35.371.543	
Total de Ingresso de Recursos	9.590.001	35.166.998	
Atividades de Investimentos			
Aquisições de Imobilizado	-39.238	3.315	
Aplicações no Investimento	-8.527.192	-34.582.575	
Utilização de Caixa nas atividades de investimento	-8.566.430	-34.579.260	
Varição Líquida de Caixas e Equivalentes	1.023.571	587.738	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	980.212	392.474	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.003.783	980.212	
Varição no Caixa	1.023.571	587.738	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
Constituída em 25 de julho de 2001, a Energética Corumbá III S/A., tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III, situada no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

O início das operações comerciais ocorreu em 24/10/2009, com a operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010 entrou em operação a segunda turbina.
A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Neoenergia S/A, nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S/A, e 60% (sessenta por cento) para a Neoenergia S/A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III.

1.1. CONCESSÕES
O Contrato de Concessão n° 126/2001 de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aditivado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração CIII S/A.

Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento para 07 de novembro de 2036.
A energia gerada é comercializada pelas consorciadas (Energética Corumbá III S/A e Geração CIII S/A), com a venda da energia contratada totalmente pela CEB Distribuição S.A. e reajustado anualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 03 de março de 2011.
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.1. Apreciação do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.
2.2. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para contrapartida. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.4. Concessionárias e permissonárias
Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos semelhantes. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, registrados pelo regime de competência.

2.5. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.6. Tributação
A receita de prestação de serviço de geração está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:
► Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 3,0% e 0,65%;
► Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de suprimento de energia elétrica na demonstração do resultado.
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou excludes de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.7. Taxas regulamentares
a) **Compensação Financeira sobre Uso dos Recursos Hídricos (CFURH)**
Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas geradoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para os municípios atingidos na construção dos reservatórios. Seu valor anual equivale a 6,75% sobre o montante gerado x a tarifa fixada pela ANEEL que para o ano de 2011 o valor é de R\$ 68,34, como Tarifa atualizada de Referência.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e pre

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(EM REAIS)**

	31/12/2010	31/12/2009
9. FORNECEDORES		
Encargos de Uso da Rede Elétrica CEB Distribuição S.A.	102.336	-
10. FOLHA DE PAGAMENTO		
IRRF sobre Folha de Pagamento	3.450	2.050
INSS retido	5.304	3.606
FGTS	1.686	1.480
	10.440	7.136

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**a) Composição:**

	31/12/2010			31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES Contrato 1052	5.127.252	60.245.216	65.372.468	5.142.629	65.357.093	70.499.722
BNDES Contrato 1176	68.500	804.875	873.375	68.705	873.170	941.874
BNDES Contrato 1168	379.357	4.457.447	4.836.804	380.495	4.835.666	5.216.161
BNDES Contrato 1150	1.534.108	18.025.767	19.559.875	1.538.709	19.555.275	21.093.984
	7.109.217	83.533.305	90.642.521	7.130.538	90.621.203	97.751.741

Encargos	300.117	323.655
Total Financiamentos	7.409.334	7.454.193

b) Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos

Refere-se ao saldo de operações de crédito realizadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vencimento em 15 de setembro de 2023 e encargos de TJLP + 1,72 % ao ano.

As garantias da operação são as seguintes:

• Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:

I) direitos supervenientes de crédito decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVE"), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;

II) as garantias constantes do "CCVE";

III) direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam

ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia;

IV) direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral nº 5, na hipótese de excussão do penhor mencionado na Condição Geral nº 12.1.1;

V) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão;

• Penhor das ações de emissão da Companhia;

• Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVE celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo

Ano	R\$
2012	7.109.217
2013	7.109.217
2014	7.109.217
2015	7.109.217
Após 2015	55.096.437
Total Não Circulante	83.533.305

d) Mutação dos Empréstimos e Financiamentos

	R\$	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2008	-	-
Ingressos	-	98.327.340
Encargos	323.656	1.201.705
Transferência para o Circulante	7.130.538	(7.130.538)
Amortizações	-	(1.777.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.454.194	90.621.203
Encargos	1.444.841	5.295.036
Transferência para o Circulante	12.382.934	(12.382.934)
Amortizações	(14.172.751)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.109.217	83.533.305

12. TAXAS E ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2010	31/12/2009
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	152.112	110.791
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	157.447	38.915
Taxa de Fiscalização de Serviços do Energia Elétrica - TFSEE	3.384	-
	312.944	149.706

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2010	31/12/2009
PIS a Recolher	15.796	13.202
COFINS a Recolher	72.906	60.931
IRPJ a Recolher	154.242	83.372
CSLL a Recolher	94.236	53.168
IRRF sobre NFS de Terceiros a Recolher	1.583	7.599
Impostos Retidos de Terceiros - Lei 10.833 a pagar	1.291	23.440
Outras	-	1.343
	340.055	243.055

14. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/12/2010	31/12/2009
Provisão de Férias	30.089	8.489
Provisão de Encargos sobre Férias	10.231	3.802
	40.320	12.291

15. DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS

	31/12/2010	31/12/2009
Consórcio Empreendedor Corumbá III (a)	12.473.948	12.473.948
Neoenergia S.A (b)	5.130.449	3.619.508
Coligadas e Controladas ou Controladoras	11.296.609	10.309.118
	28.901.006	26.402.574

a) Refere-se a valores a aportar pela Energética Corumbá III S/A no Consórcio Empreendedor Corumbá III;

b) Refere-se a encargos relativos a aportes realizados pela Neoenergia S/A no Consórcio Empreendedor Corumbá III em nome da Energética Corumbá III S/A;

c) Refere-se a valores a aportar pela Energética Corumbá III S/A no Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativo a Retenções Contratuais e Fornecedores já ativadas.

16. DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2010	31/12/2009
Energy Power Ltda.	174.587	-
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	174.587	-
Companhia Energética de Brasília - CEB	558.677	-
Companhia Energética de Goiás - CELG	558.677	-
	1.466.528	-

17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**a) Capital Social**

O capital social subscrito, em 30 de setembro de 2010, é de R\$ 121.586.088, representado por 60.793.942 ações ordinárias e 60.793.046 preferenciais, sem valor nominal. O capital realizado é de R\$ 97.408.172

Composição:

Acionistas	Quantidade de Ações		Capital - R\$		
	Ordinárias	Preferenciais	Subscrito	A Realizar	Realizado
Energy Power Ltda.	15.198.261	-	15.198.261	(13.581.350)	1.616.911
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	15.198.261	-	15.198.261	(8.641.974)	6.556.287
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	30.396.523	45.594.783	(977.296)	44.617.487
Companhia Energética de Goiás - CELG	15.198.260	30.396.523	45.594.783	(977.296)	44.617.488
	60.793.042	60.793.046	121.586.088	(24.177.916)	97.408.173

b) Reservas e Dividendos

• Reserva legal – constituída à razão de 5% do lucro bruto do exercício apurado anualmente até o limite de 20 % do Capital Social;

• Reserva estatutária – constituída à razão de 5 % do lucro bruto do exercício apurado anualmente;

• Reserva para expansão – constituída à razão de 65 % do saldo remanescente;

• Dividendos obrigatórios – equivalentes a 25% do lucro líquido.

As reservas constituídas e dividendos provisionados no período estão devidamente demonstrados na mutação do patrimônio líquido.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo e consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Composição:**

Grupo	DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009
ATIVO	Suprimento - CEB Distribuição S.A.	2.548.776	2.288.595
PASSIVO	Dívidas com pessoas ligadas		
	Consórcio Empreendedor Corumbá III (a)	12.473.948	12.473.948
	Neoenergia S.A (b)	5.130.449	3.619.508
	Coligadas e Controladas ou Controladoras	11.296.609	10.309.118
		28.901.006	26.402.574
PASSIVO	Dividendos a pagar		
	Energy Power Ltda.	174.587	-
	Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	174.587	-
	Companhia Energética de Brasília - CEB	558.677	-
	Companhia Energética de Goiás - CELG	558.677	-
		1.466.528	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital a Realizar		
	Energy Power Ltda.	13.581.350	(12.677.382)
	Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	(8.641.974)	(8.055.614)
	Companhia Energética de Brasília - CEB	(977.296)	(1.792.092)
	Companhia Energética de Goiás - CELG	(977.296)	(1.947.196)
		(24.177.916)	(24.472.284)
RESULTADO	Receita de Suprimento - CEB Distribuição S.A.	27.605.020	4.426.114

b) Detalhamento das Transações com Partes Relacionadas

a) Refere-se a valores de aportes financeiros que a Energética Corumbá III S/A, não realizou no Consórcio Empreendedor Corumbá III S/A, no período de agosto/2008 a agosto de 2009. Estes aportes foram realizados pela Geração C III S/A, em nome da Energética Corumbá III S/A, conforme o que estabelece na Cláusula 15ª, item 15.4, do Contrato de Constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III.

b) Refere-se a encargos relativos aos aportes não realizados pela Energética Corumbá III S/A, conforme estabelecido no Contrato de Constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III, no item 15.2.1 da Cláusula 15ª estabelecido da seguinte forma:

b.1 – Multa não compensatória de 0,25%(vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, aplicada sobre o valor devido, limitada no seu montante, a 5% (cinco por cento) do valor devido, acrescida de atualização monetária pelo IGP/M/FGV e juros de 1% (um por cento) ao mês, aplicado pro rata die, incidente a partir da data do vencimento da obrigação até 20/05/2010, data de referência do Termo de Transferência de Ações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23.

c) Refere-se a valores a aportar pela Energética Corumbá III S/A, no Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativo a retenções Contratuais e Fornecedores, que foram Imobilizados pelo Consórcio, sem solicitação de aportes, (Retenções Contratuais e dívidas com Fornecedores).

Os principais saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com seus acionistas.

As operações de venda de energia efetuadas junto a CEB Distribuição S.A são feitas a valores de mercado conforme Contrato de Compra e Venda (PPA) firmado entre as partes.

20. GASTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Refere-se a rateio das despesas do contrato de operação e manutenção incorridas pelo Consórcio Empreendedor Corumbá III no período de atividade operacional.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS**a) Considerações sobre os riscos:**

Os negócios da Energética Corumbá III S/A., compreendem, principalmente, a operação da Usina Hidrelétrica através do Consórcio CEC III para geração e o fornecimento de energia, cujas atividades e tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado, que afetam seus negócios são como segue:

a1) Riscos de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade da Energética Corumbá III S/A, vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Companhia não possui captações em moeda estrangeira. Além disso, a companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar o impacto de eventual flutuação de taxas em suas futuras captações.

a2) Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade da Energética Corumbá III S/A, vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos a serem captados. Os empréstimos e financiamentos captados são vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, que via de regra, possuem taxas menores, compatíveis com tais operações. A taxa de juros já foi fixada nas captações junto ao BNDES estão descritos na Nota Explicativa 12.

a3) Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de contas a receber. Esse risco inexistente em 31 de dezembro de 2010.

b) Valorização dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia se aproxima dos correspondentes valores contábeis.

22. AUTORIZAÇÃO PARA FECHAMENTO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi dada pela diretoria da empresa em 21 de janeiro de 2011.

23. RISCO DE DILUIÇÃO DO PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS NO CONSÓRCIO EMPREENDEDOR CORUMBÁ III - CEC III

Conforme citado na Nota Explicativa 15 – Dívidas com Pessoas Ligadas e Nota Explicativa 19 – Transações com Partes Relacionadas, a Energética Corumbá III S/A possui parcelas de aporte de capital a integralizar junto ao Consórcio Empreendedor Corumbá III – CEC III. Referidos aportes foram efetuados pela Geração CIII S/A, em nome da Energética Corumbá III S/A, conforme estabelecido no Termo de Constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III - CEC III.

A não integralização desses valores, por parte da Energética Corumbá III S/A, poderia provocar, de acordo com o estabelecido no contrato de constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III – CEC III, a redução (diluição) do valor não aportado no percentual de participação de 40 % detidos pela Energética Corumbá III S/A junto ao Consórcio Empreendedor Corumbá III – CEC III. Essa situação estava ocorrendo em função de inadimplência por parte de acionistas na integralização de Capital na Energética Corumbá III S/A.

Para solução dessa situação, foi efetuado, em 8 de junho de 2010, um Termo de Transferência de Ações da Energética Corumbá III S/A, detidas por acionistas inadimplentes, para à Geração CIII S/A. A eficácia dessa negociação depende de prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL e Banco Nacional de Desenvolvimento Social –BNDES.

A Anuência por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL foi aprovada pela Resolução Autorizativa nº 2590 de 3 de novembro de 2010 restando ainda a referida homologação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que deverá ocorrer no exercício de 2011.

Esse Termo de Transferência de Ações estabelece a transferência de 18.948.434 ações e o mesmo encontra-se, na data do fechamento destas demonstrações contábeis, em fase de homologação pelo BNDES, a qual está prevista para o primeiro trimestre de 2.011. Assim que homologada, a transferência das ações será registrada nos livros contábeis e societários da Companhia e resultará na quitação da obrigação a pagar a crédito da conta de capital a realizar.

O Termo de Transferência de Ações prevê que, durante o período de seis meses, a contar de 20 de maio de 2010, ou seja, 20 de novembro de 2010, desde que não tenha sido concluída a transferência das ações para a Geração CIII S/A, mediante lavratura nos livros próprios, os acionistas inadimplentes poderão quitar, perante a Energética Corumbá III S/A, os seus débitos existentes na data da quitação, e esta o débito para com a Geração CIII S/A, resiliendo-se o Temo de Transferência de Ações sem ônus entre as partes. Estabelece ainda que, no período de seis meses, a contar de 20 de maio de 2010, caso já tenha sido concluída as transferência das ações, os acionista inadimplentes poderão recomprar as ações integralizadas pela Geração CIII S/A, mediante pagamento a vista do valor da dívida da Energética Corumbá III S/A para a Geração CIII S/A, atualizada até a data da recompra.

24. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

O ativo permanente da Companhia (imobilizado e Investimentos) têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente com bases em fluxos de caixa para determinação de seu valor em uso. Referidas projeções não indicam necessidade de constituição de provisão para ajuste dos ativos ao seu valor recuperável.

DIRETORIA**CONTADOR**

Agnelo Raimundo Schumann Cunha
Diretor Presidente

Donizetti Martins de Araújo Neto
Diretor Administrativo Financeiro

Elzio Antonio Comélio
CRC-33964-S/DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, conselheiros e Diretores da Energética Corumbá III S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito